



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 008/2009

SÚMULA: "Dispõe sobre autorização para celebração de convênios visando à população da terceira idade".

A Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios visando a implantação de academias da terceira idade em unidades de saúde e praças do Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2009.

Aldnei Siqueira

Vereador

Dario

Vereador

APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade
SALA DAS SESSÕES, 14 / 04 / 09

Presidente

no Expediente da Sessão

do dia 02 / 04 / 09

Secretário

APROVADO EM única DISCUSSÃO (41) 657-2502 - CEP 83501-080 - Almirante Tamandaré - PR

POR unanimidade
SALA DAS SESSÕES, 28 / 04 / 09

Presidente



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores

As principais causas de morbidade hospitalar observadas no ano de 2005 foram: Doenças do Sistema Respiratório, Doenças do Sistema Circulatório, Transtornos Mentais e Neoplasias, e as principais causas de mortalidade no mesmo ano foram: Doenças do Aparelho Circulatório, Neoplasias, Doenças do Aparelho Respiratório, Causas Externas e Doenças Endócrinas/Metabólicas. Dentre os principais fatores de risco para Doenças do Sistema Circulatório, Neoplasias e Doenças Endócrinas/Metabólicas está a inatividade física.

A diminuição da inatividade e o aumento da prática regular da atividade física podem auxiliar na redução da morbimortalidade, colaborando com a diminuição das complicações das doenças crônicas degenerativas, que atingem principalmente os idosos, cerca de 10% da população do município, podendo ainda diminuir custos e aumentar benefícios sociais.

Daí o presente Projeto de Lei que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a celebrar convênios estabelecendo parcerias com órgãos e entidades, da iniciativa privada ou dos Governos Federal e Estadual, para a viabilização de políticas voltadas ao aumento da qualidade de vida da população da melhor idade.

Com efeito, após tantos anos de trabalho, os idosos encontrarão nessas academias o previsível estímulo para uma vida ativa com redução significativa dos níveis de doença e mortalidade. O presente Projeto é o primeiro passo.

É a Justificativa.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2009.

Aldnei Siqueira
Vereador

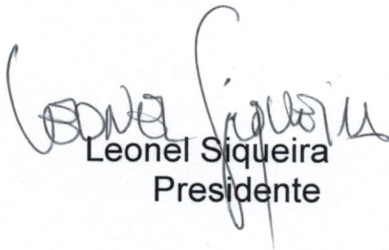
Dario
Vereador



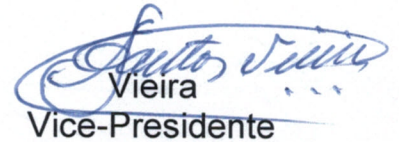
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e nove às 15:00 horas reuniu-se na sala de reuniões das Comissões os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação para analisar o Projeto de Lei nº 008/2009 de autoria do Poder Legislativo Municipal assinado pelo vereador Aldnei Siqueira com a súmula: "Dispõe sobre autorização para celebração de convênios visando à população da terceira idade". Após análise do Projeto acima citado, esta Comissão opinou favoravelmente a sua aprovação, encaminhando para os tramites normais.


Leonel Siqueira
Presidente


Ângelo Prodoscimo
Membro


Vieira
Vice-Presidente



Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré

Estado do Paraná

SEDU

PARANACIDADE

PARECER N. 088/2009- PJU

SOLICITANTE Coordenadoria da Região Metropolitana e Litoral - CRML
ASSUNTO Rescisão do Contrato nº 10/2007. Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré
PROTOCOLO 07.554.953-9

Rescisão do Contrato nº 10/2007. Almirante Tamandaré - Atendimento aos requisitos legais e contratuais.

Em análise a documentação encaminhada pela CRML, referente à rescisão do contrato nº 10/2007, firmado entre o Município de Almirante Tamandaré e a empresa Prisma Materiais de Construção Ltda.

O Município encaminha cópia do Parecer Jurídico nº 191/2009 e Decisão Administrativa que rescindo o referido contrato unilateralmente.

O referido parecer traz o relatório do procedimento administrativo que culminou com a rescisão contratual, também expõe os fundamentos de fato e direito que embasam a decisão. Informa, ainda, que a empresa interpôs os recursos administrativos cabíveis, porém os mesmos não foram providos pela municipalidade.

Diante dos documentos e argumentos trazidos, tem-se que a rescisão unilateral do contrato, previsto no art. 79, I da Lei 8.666/93, foi antecedido de procedimento administrativo que oportunizou a ampla defesa e contraditório à empresa contratada.

Assim, entendemos que a rescisão contratual está de acordo com as disposições contratuais.

É o Parecer.

Curitiba, 15 de maio de 2009.

Luciano Dinis de Souza

ADVOGADO/PARANACIDADE

SEDU

PARANACIDADE

PARECER N. 089/2009- PJU

SOLICITANTE Coordenadoria da Região Metropolitana e Litoral - CRML
ASSUNTO Rescisão do Contrato nº 11/2007. Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré
PROTOCOLO 07.554.953-9

Rescisão do Contrato nº 11/2007. Almirante Tamandaré - Atendimento aos requisitos legais e contratuais.

Em análise a documentação encaminhada pela CRML, referente à rescisão do

LEI Nº 1418/2009

Súmula: "Dispõe sobre autorização para celebração de convênios visando a população da terceira idade".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, VILSON ROGÉRIO GOINSKI, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios visando a implantação de academias da terceira idade em unidades de saúde e praças do Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 05 de maio de 2009.

VILSON ROGÉRIO GOINSKI
 Prefeito Municipal

LEI Nº 1419/2009

Súmula: "Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do Município de Almirante Tamandaré, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Vilson Rogério Goinski, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o que estabelece o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, de Almirante Tamandaré, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Almirante Tamandaré na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Almirante Tamandaré propor e pronunciar-se sobre:

- I. As diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;
- II. Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município de Almirante Tamandaré;
- III. As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV. A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- V. A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único - Compete, também, ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Almirante Tamandaré, estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de municípios da Região Metropolitana de Curitiba e de outras regiões do Estado, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Almirante Tamandaré, será composto por, no mínimo, 12 (doze) conselheiros, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Caberá ao Governo Municipal definir e indicar seus representantes, incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida através de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

- I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;
- II. Associação de classes profissionais e empresariais;
- III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;
- IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 3º - As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no Município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - O COMSEA será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamentais, com seus respectivos suplentes.

§ 5º - Os Conselheiros Suplentes substituirão os titulares em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA será de 2 (dois) anos, admitidas duas reconduções consecutivas.